

CORREIO NACIONAL



Paulo Pinto/Agência Brasil

Anúncio foi feito pelo Ministério da Saúde

Brasil produzirá vacina contra vírus sincicial respiratório

O Ministério da Saúde anunciou, na quarta, uma parceria de transferência de tecnologia entre o Instituto Butantan e a farmacêutica Pfizer para a produção nacional da vacina contra o vírus sincicial respiratório, uma das principais causas de infecções respiratórias graves em bebês, incluindo quadros de bronquiolite.

A previsão é que as primeiras 1,8 milhão de doses sejam entregues até o fim deste ano. Em fevereiro, a pasta já havia confirmado a incorporação do

imunizante ao SUS. Com o acordo, a distribuição da vacina contra o VSR na rede pública, para gestantes e bebês, deve começar na segunda quinzena de novembro.

Devem ser imunizadas, por meio de dose única, gestantes a partir da 28ª semana de gravidez. A vacinação materna, segundo o ministério, favorece a transferência de anticorpos para o bebê, contribuindo para a proteção nos primeiros meses de vida, período de maior vulnerabilidade ao VSR.

Igualdade racial no turismo

Um guia prático sobre igualdade racial no turismo foi lançado nessa terça-feira (9), numa parceria entre a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). O documento define o afroturismo como um

segmento que valoriza e promove a cultura, a história, a identidade e a ancestralidade negra. Também propõe experiências conduzidas por protagonistas negros. O lançamento ocorreu em Salvador (BA) durante o workshop Trilhas do Afroturismo Internacional, realizado pela agência.

Mais de 12 mil presos

Mais de 12 mil prisões foram cumpridas no âmbito da Operação Shamar de 1º de agosto a 4 de setembro, segundo balanço divulgado na terça pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. A operação foi deflagrada em todo país para combater a violência doméstica e o feminicídio. Segundo o

Alimentos para merenda escolar

A Câmara dos Deputados concluiu na terça a votação do Projeto de Lei (PL) 2205/2022 que determina que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade

levantamento, a ação resultou também no atendimento a 81.368 vítimas de violência doméstica e familiar e na adoção de 53.188 medidas protetivas de urgência acompanhadas. Ao longo da operação foram apreendidos mais de 2 kg de drogas, 632 armas de fogo, 11.902 munições e 648 armas brancas

do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade. Como a matéria já passou pelo Senado, ela agora vai para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os deputados aprovaram, em votação simbólica, emendas do Senado ao texto. Apenas o partido Novo votou contra a matéria.

Vacina contra HPV: prazo ampliado

O Ministério da Saúde ampliou, até dezembro de 2025, a mobilização para vacinar adolescentes de 15 a 19 anos contra o HPV. É a primeira vez que essa faixa etária passa a receber a vacina pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A meta é alcançar cerca de 7 milhões de jovens que

perderam a imunização na idade recomendada (9 a 14 anos). A estratégia de resgate dos não vacinados conta com o apoio de estados e municípios. Para facilitar o acesso à proteção, a vacinação está sendo oferecida em UBS, escolas, universidades, ginásios e shoppings.

Curso gratuito sobre IA

A educação está em constante transformação e a inteligência artificial já é parte disso. Para apoiar professores que desejam inovar suas práticas pedagógicas e preparar alunos para o futuro, a Escola Serpro Cidadão Digital, em parceria com a Microsoft Philanthropies, ofere

ce gratuitamente o curso gratuito FluêncIA para Professores. Com apenas 4 horas de carga horária, o curso oferece uma experiência acessível para educadores que querem compreender os fundamentos da IA e aprender a aplicá-la de forma prática em sala de aula.

Alfabetização de adultos pode crescer renda em 16%

Pesquisa inédita revela impacto da EJA na renda de alunos

A educação de jovens e adultos (EJA) tem impacto positivo direto na renda, ocupação e formalização no mercado de trabalho dos estudantes que participam dessa etapa de ensino. É o que destaca um estudo inédito que mapeou qual é o retorno econômico para aqueles jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade certa, mas retornaram para a escola em turmas de EJA.

A modalidade faz parte da educação básica e possibilita àqueles que não concluíram a escola na idade esperada retomarem os estudos e obterem o diploma de ensino fundamental e médio, em cursos com duração mais rápida do que as classes regulares.

A pesquisa foi lançada na quarta-feira (10), no Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos: 1º Ano do Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA). A investigação busca “preencher uma lacuna importante na pesquisa sobre o tema” e oferecer subsídios para ampliar o investimento e o acesso da população a essa etapa de ensino. A análise foi encomendada pelo Ministério da Educação, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).



Divulgação

A modalidade possibilita àqueles que não concluíram a escola retomarem os estudos

Nas últimas décadas, o país ampliou significativamente o acesso à educação formal – a taxa de atendimento entre 6 e 14 anos, que compreende todo o ensino fundamental, chegou a 96,7% em 2010, contra 75,5% em 1991. No entanto, destaca o estudo, as altas taxas de reprovação e evasão persistiram. Dessa forma, parte dos estudantes não termina os estudos na idade esperada ou abandona a escola antes da conclusão do ensino fundamental ou médio. Em 2023, por exemplo, 35 de cada 100 jovens brasileiros não

havam concluído o ensino médio até os 20 anos.

Para frequentar o EJA ensino fundamental, é preciso ter pelo menos 15 anos; para o médio, 18 anos, e para as turmas de alfabetização (AJA), a única restrição é a idade mínima é de 15 anos. O estudo também mapeou qual é o público potencial para cada uma das etapas, considerando diferenças regionais, de raça e moradia rural/urbana.

“As gerações que frequentaram, ou deveriam ter frequentado a escola, há duas décadas ou mais, vivenciaram um período

de grande exclusão educacional e, por isso, grande parte não concluiu a educação básica. Apesar dos avanços, mesmo entre jovens adultos ainda há um grande contingente de pessoas que não concluíram a educação básica na idade apropriada, e também vão compor o público potencial da EJA e da AJA”, destaca o estudo.

Em todas as etapas da modalidade, desde a alfabetização até a conclusão do ensino médio, o estudo aponta um incremento na renda dos estudantes, após frequentarem e concluírem a EJA.

Parcerias para sucesso na governança climática

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu nesta quarta-feira (10) que ações ambientais exigem parceria e solidariedade, principalmente em um contexto global difícil, com guerras em várias regiões do mundo, inclusive guerras tarifárias e contra a soberania.

“Não há como o governo fazer as coisas se não for em parceria com os estados, com os municípios, com a comunidade científica, com a sociedade”, reforçou durante a abertura do Seminário Governança Climática, em Brasília.

O encontro reuniu técnicos dos governos federal e subnacionais com setores estratégicos da sociedade para tratar da construção e condução da agenda climática no país.

“Queremos que as políticas públicas possam contar com essa capacidade coletiva de formular as políticas públicas, porque já estamos vivendo sob os efeitos da mudança do clima”, defendeu a ministra.

Marina Silva lembrou que o Brasil já conhece o desafio, com estudos que apontam 1.942 municípios vulneráveis à emergência climática, que exigem mais do que mitigação e adaptação para enfrentá-la.

Para a ministra é necessária uma transformação com políticas públicas continuadas e articulação para que todos possam participar.

“Longe de ser uma limitação, [a urgência climática] é uma ampliação do horizonte, um novo ciclo de prosperidade. Quanto mais emprego para adaptar, quanto emprego para transformar. Não é só adaptar e mitigar, é transformar o modelo de desenvolvimento insustentável em um modelo sustentável”, reafirmou.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Pesquisa foi publicada pela plataforma Peer Community Journal

Estudo revela presença de espécies exclusivas

Por muitos anos, Galápagos, no Oceano Pacífico, foi conhecida por ser um verdadeiro santuário de espécies únicas, como as tartarugas-gigantes e as iguanas-marinhas. Isso agora pode mudar e ilhas oceânicas brasileiras, como Fernando de Noronha, São Pedro e São Paulo e Trindade, podem passar a dividir o título de mais diversas do planeta.

O estudo Escalas de Endemismo Marinho em Ilhas Oceânicas e o Endemismo Provincial-Insular, publicado nesta quarta-feira (10) pela plataforma científica Peer Community Journal, destaca a presença massiva de espécies exclusivas e de grande relevância para a ciência nas ilhas oceânicas brasileiras.

“O trabalho de campo tem contribuído para um levantamento mais apurado da nossa biodiversidade. Temos encontrado e descritos muitas novas espécies que são endêmicas, exclusivas das nossas ilhas. E, com isso, a gente observa que as ilhas brasileiras têm uma importância mundial muito grande em relação

à proporção dessas espécies endêmicas”, explica o pesquisador da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (REC�), Hudson Pinheiro, que liderou o estudo.

Junto com a equipe, que conta com diversos pesquisadores do mundo, Pinheiro analisou mais de 7 mil espécies de peixes recifais em 87 ilhas do mundo. E entre as conclusões os pesquisadores revelaram que 40% das espécies são presentes em mais de uma ilha da mesma região, mas não colonizam áreas continentais próximas.

A partir dessa descoberta, o grupo propõe um novo conceito científico de Endemismo Provincial-Insular, que levaria essas espécies a serem consideradas endêmicas. Segundo Pinheiro, o termo traria mais interesse às localidades que não ganharam a fama de serem centros de endemismo e, portanto, atraem menos estudos e iniciativas de conservação.

O pesquisador explica que o mesmo comportamento é tratado pela ciência de forma desigual.

“Por exemplo, a Ilha de Fernando de Noronha tem algumas espécies que só ocorrem ali, mas também tem muitas espécies que ocorrem ali e na Ilha do Atol das Rocas. Ou somente em Fernando de Noronha e na Ilha de São Pedro e São Paulo. Então, elas compartilham algumas espécies que não estavam sendo contadas como endêmicas”, diz.

Para Pinheiro, esse olhar mais detalhado da ciência sobre as espécies que habitam as ilhas oceânicas, além de permitir uma maior compreensão dos processos evolutivos e ecológicos em ambientes recifais, também permite a descoberta de mais espécies endêmicas.

“As Ilhas oceânicas são locais muito mais difíceis de serem estudadas do que a costa continental, que está aqui mais perto da gente. As Ilhas Oceânicas dependem de condições científicas e consequentemente acabam tendo menos oportunidades de estudos. Então, corre o risco de algumas espécies já terem sido até mesmo extintas antes de serem descobertas”, afirma.